

GRUPO I – CLASSE II – Primeira Câmara  
TC 006.395/2019-8.

Natureza: Tomada de Contas Especial.

Entidade: Município de Barreirinha - AM.

Responsáveis: Glenio Jose Marques Seixas (515.861.262-53);  
Mecias Pereira Batista (239.734.552-87); Município de Barreirinha  
- AM (04.283.040/0001-49).

Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

Representação legal: Antonio das Chagas Ferreira Batista  
(OAB/AM 4177), Eurismar Matos da Silva (OAB/AM 9.221) e  
outros.

**SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS  
ESPECIAL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE  
SAÚDE. DÉBITO DO ENTE MUNICIPAL.  
FIXAÇÃO DE NOVO E IMPROPRORROGÁVEL  
PRAZO PARA RECOLHIMENTO DA  
QUANTIA DEVIDA.**

## RELATÓRIO

Adoto como parte do relatório a instrução de mérito elaborada no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial – SecexTCE (peça 158), que contou com a anuência do corpo diretivo daquela unidade técnica (peças 159 e 160), a seguir transcrita com ajustes:

### INTRODUÇÃO

1. Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pela Funasa - Fundação Nacional de Saúde em desfavor do Sr. Mecias Pereira Batista (CPF: 239.734.552-87), ex-Prefeito Municipal de Barreirinha/AM, no período de 1/1/2012 a 31/12/2016, do Sr. Glênio José Marques Seixas (CPF: 515.861.262-53), Prefeito Municipal de Barreirinha/AM, no período de 1/1/2017 a 31/12/2020, e da Prefeitura Municipal de Barreirinha/AM (CNPJ: 04.283.040/0001-49), no âmbito do TC/PAC 353/2010 - Siafi 666502 (Peça 6, p. 1-6), que tinha por objeto “a execução de Melhorias Sanitárias Domiciliares” (Peça 2, p. 1-5), em razão da impugnação parcial das despesas realizadas, no valor de R\$ 359.693,67, em virtude da omissão no dever de prestar contas da terceira parcela dos recursos repassados, bem como no valor de R\$ 19.737,09, referente à não devolução de saldo remanescente do convênio e de rendimentos de aplicação financeira, além do não aporte da contrapartida referente à 1ª parcela.

### HISTÓRICO

2. O TC/PAC 353/2010 autorizou a transferência de R\$ 1.198.978,90, a cargo do concedente, e R\$ 63.104,15 a título de contrapartida do conveniente, totalizando R\$ 1.262.083,05, com vigência de 31/12/2010 a 30/6/2016, conforme 9º Termo Aditivo (Peça 47, p. 1-3), recaindo o prazo para prestação de contas final até 31/8/2016, de acordo com a Cláusula Quarta do Convênio (Peça 6, p. 1-1).

3. Do total autorizado, foram transferidos pelo proponente R\$ 1.198.978,90, correspondentes a 100,00% do total autorizado, conforme atestam as Ordens Bancárias abaixo:

Ordem Bancária	Data	Valor (R\$)	Localizador
2012OB803007	30/4/2012	479.591,56	Peça 27, p. 11
2012OB806526	10/9/2012	359.693,67	Peça 27, p. 11

2015OB803554	7/8/2015	359.693,67	Peça 27, p. 12
	Total	1.198.978,90	

4. Foram emitidos pela Funasa os Relatórios de Visita Técnica de 31/3/2011 (Peça 17, p. 1-3), informando que a obra estava em andamento; e de 31/8/2012 (Peça 17, p. 4-5), atestando a execução de 40% da obra, além do Parecer Técnico 10/2017, de 22/5/2017, (Peça 57, p. 1-2), atestando a conclusão de 149 das 199 Unidades Sanitárias previstas, sugerindo a aprovação de 74,87% dos recursos repassados, equivalentes a R\$ 944.238,33, e do Parecer Financeiro 032/2014, de 29/10/2014 (Peça 37, p. 1-6), sugerindo a aprovação da prestação de contas referente à primeira e segunda parcelas, bem como a não aprovação do valor de R\$ 3.467,62 referente ao pagamento de multa com recursos do convênio.

5. A Funasa elaborou os Despachos 07/2017, de 27/3/2017 (Peça 58, p. 1-2), noticiando a não apresentação da prestação de contas final do convênio, e 261/2017, de 30/5/2017 (Peça 68, p. 1-2), seguido do Parecer Financeiro Complementar 007/2017, de 23/3/2017 (Peça 77, p. 1-3), imputando a responsabilidade quanto à omissão no dever de prestar contas da terceira e última parcela do convênio ao Sr. Mecias Batista, e imputando a responsabilidade quanto ao valor de R\$ 19.737,09 ao Município de Barreirinha/AM, referentes à não devolução dos saldos das contas corrente e de aplicação financeira, bem como o não aporte da complementação da contrapartida referente à 1ª parcela.

6. Em relação às efetivas comunicações, o órgão instaurador diligenciou e notificou devidamente o responsável acerca da omissão no dever legal de prestar contas dos recursos recebidos, requerendo a devolução dos valores ou a adoção das providências devidas (vide quadro à Peça 39, p. 4-6, item 6).

Notificação	Data	Localizador
Notificação 001	5/2/2014	Peça 28, p. 1-2, e Peça 29, p. 1
Notificação 005	31/3/2014	Peça 32, p. 1-2, e Peça 33, p. 1
Ofício 421	12/8/2016	Peça 49, p. 1-3, e Peça 50, p. 1
Ofício de Notificação 1029	3/11/2014	Peça 26, p. 1
Notificação 01	20/4/2017	Peça 77, p. 1
Notificação 034	30/1/2017	Peça 39, p. 5
Ofício 118	24/3/2017	Peça 64, p. 1-3, e Peça 65, p. 1
Notificação 002	14/6/2017	Peça 55, p. 1-2

7. Diante da não apresentação da prestação de contas e da consequente não demonstração da boa e regular gestão dos recursos repassados, assim como da não devolução dos recursos, instaurou-se o presente processo. Nesse sentido, no Relatório Complementar de Tomada de Contas Especial de 19/6/2017 (Peça 94, p. 1-9), concluiu-se que o prejuízo importa no valor original de R\$ 359.693,67, imputando-se a responsabilidade ao Sr. Mecias Pereira Batista (CPF: 239.734.552-87), ex-Prefeito Municipal de Barreirinha/AM, no período de 1/1/2012 a 31/12/2016, e R\$ 19.737,09, imputando-se a responsabilidade ao Sr. Glênio José Marques Seixas (CPF: 515.861.262-53), Prefeito Municipal de Barreirinha/AM, no período de 1/1/2017 a 31/12/2020, e à Prefeitura Municipal de Barreirinha/AM.

8. O Relatório de Auditoria 1046/2018 da Controladoria Geral da União (Peça 95, p. 1-4) ratificou o posicionamento do Tomador de Contas. Após serem emitidos o Certificado de Auditoria, o Parecer do Dirigente e o Pronunciamento Ministerial (Peças 96 a 98), o processo foi remetido a esse Tribunal.

9. Diante do exposto, instrução presente na peça 100 propôs:

a) realizar a **citação** do Sr. Mecias Pereira Batista (CPF: 239.734.552-87), ex-Prefeito Municipal de Barreirinha/AM, no período de 1/1/2012 a 31/12/2016, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa e/ou recolham, aos cofres do Tesouro Nacional, as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente a partir da respectiva data até o efetivo

recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor, em decorrência da irregularidade descrita abaixo:

a.1) **Irregularidade:** não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos por força do TC/PAC 353/2010 - Siafi 666502, em virtude da impugnação parcial das despesas, no valor de R\$ 359.693,67, em razão da omissão no dever de prestar contas da terceira parcela dos recursos, cujo prazo expirou em 31/8/2016.

a.2) **Dispositivos violados:** parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal; art. 93 do Decreto-Lei 200/67; § 3º do art. 56 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127/2008, com a redação dada pela Portaria 534, de 30/12/2009, Cláusula Quarta do Convênio;

a.3) **Valor original do débito e data:**

VALOR ORIGINAL (Real)	DATA DA OCORRÊNCIA	DÉBITO/CREDITO
7/8/2015	359.693,67	Débito

a.4) **Valor total do débito atualizado até 4/4/2019:** R\$ 426.201,03.

a.5) **Responsável:**

a.5.1) **Sr. Mecias Pereira Batista (CPF: 239.734.552-87):**

a.5.1.1) **Conduta:** não comprovar a boa e regular aplicação dos recursos recebidos por força do TC/PAC 353/2010 - Siafi 666502, em razão da omissão no dever de prestar contas da terceira parcela dos recursos, cujo prazo expirou em 31/8/2016.

a.5.1.2) **Nexo de causalidade:** a omissão no dever de prestar contas da terceira parcela dos recursos recebidos por meio do TC/PAC 353/2010 - Siafi 666502, pactuado entre a Funasa e a Prefeitura Municipal de Barreirinha/AM, propiciou a não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, e, conseqüentemente, em presunção de prejuízo ao Erário no valor de R\$ 359.693,67.

a.5.1.3) **Culpabilidade:** a conduta do Sr. Mecias Pereira Batista é reprovável, posto haver elementos indicativos da consciência da ilicitude praticada, já que, na condição de Prefeito Municipal de Barreirinha/AM à época dos fatos, deveria estar ciente de suas atribuições, principalmente no que se refere ao dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do TC/PAC 353/2010, sendo razoável exigir do responsável conduta diversa daquela que adotou, qual seja, apresentar a prestação de contas da terceira parcela dos recursos na forma e no prazo previstos.

b) realizar a **citação** do Sr. Glênio José Marques Seixas (CPF: 515.861.262-53), Prefeito Municipal de Barreirinha/AM, no período de 1/1/2017 a 31/12/2020, em **solidariedade** com o Município de Barreirinha/AM (CNPJ: 04.283.040/0001-49), com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e II, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa e/ou recolham, **aos cofres do Tesouro Nacional**, as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente a partir da respectiva data até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor, em decorrência da irregularidade descrita abaixo:

b.1) **Irregularidade:** não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos por força do TC/PAC 353/2010 - Siafi 666502, em virtude da impugnação parcial das despesas, no valor de R\$ 19.737,09, em razão da não devolução de saldo remanescente do convênio e de rendimentos de aplicação financeira, além do não aporte da contrapartida referente à 1ª parcela recebida.

b.2) **Dispositivos violados:** parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal; art. 93 do Decreto-Lei 200/67; § 3º do art. 56 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127/2008, com a redação dada pela Portaria 534, de 30/12/2009, Cláusulas Segunda e Quarta do Convênio;

b.3) **Valor original do débito e data:**

VALOR ORIGINAL (R\$)	DATA DA OCORRÊNCIA	DÉBITO/CREDITO
29/12/2016	4.469,95	Débito
30/4/2012	16.377,39	Débito

b.4) Valor total do débito atualizado até 4/4/2019: R\$ 29.254,58.

b.5) Responsáveis:

b.5.1) **Sr. Glênio José Marques Seixas (CPF: 515.861.262-53)**:

b.5.1.1) Conduta: não devolver o saldo remanescente do convênio e de rendimentos de aplicação financeira, bem como não aportar a contrapartida referente à 1ª parcela dos recursos recebidos por força do TC/PAC 353/2010 - Siafi 666502.

b.5.1.2) Nexo de causalidade: a não devolução de saldo remanescente do convênio e de rendimentos de aplicação financeira, além do não aporte da contrapartida referente à 1ª parcela recebida dos recursos recebidos por meio do TC/PAC 353/2010 - Siafi 666502, pactuado entre a Funasa e a Prefeitura Municipal de Barreirinha/AM, propiciou prejuízo ao Erário no valor de R\$ 19.737,09.

b.5.1.3) Culpabilidade: a conduta do Sr. Glênio José Marques Seixas é reprovável, posto haver elementos indicativos da consciência da ilicitude praticada, já que, na condição de Prefeito Municipal de Barreirinha/AM à época dos fatos, deveria estar ciente de suas atribuições, principalmente no que se refere à devolução do saldo remanescente do convênio e de rendimentos de aplicação financeira, bem como aportar a contrapartida referente à 1ª parcela dos recursos recebidos por força do TC/PAC 353/2010, sendo razoável exigir do responsável conduta diversa daquela que adotou, qual seja, devolver o saldo remanescente do convênio e de rendimentos de aplicação financeira, bem como aportar a contrapartida referente à 1ª parcela dos recursos recebidos.

b.5.2) **Município de Barreirinha/AM (CNPJ: 04.283.040/0001-49)**:

b.5.2.1) Conduta: não devolver o saldo remanescente do convênio e de rendimentos de aplicação financeira, bem como não aportar a contrapartida referente à 1ª parcela dos recursos recebidos por força do TC/PAC 353/2010 - Siafi 666502.

b.5.2.2) Nexo de causalidade: a não devolução de saldo remanescente do convênio e de rendimentos de aplicação financeira, além do não aporte da contrapartida referente à 1ª parcela recebida dos recursos recebidos por meio do TC/PAC 353/2010 - Siafi 666502, pactuado entre a Funasa e a Prefeitura Municipal de Barreirinha/AM, propiciou prejuízo ao Erário no valor de R\$ 19.737,09.

b.5.2.3) Culpabilidade: não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade ou de punibilidade; é razoável supor que o Município de Barreirinha/AM, por meio de seu responsável, tinha consciência da ilicitude de sua conduta; era exigível da Municipalidade, por meio de seu responsável, conduta diversa daquela que foi adotada, qual seja, devolver o saldo remanescente do convênio e de rendimentos de aplicação financeira, bem como aportar a contrapartida referente à 1ª parcela dos recursos recebidos.

c) informar aos responsáveis de que, caso venham a ser condenado pelo Tribunal, os débitos ora apurados serão acrescidos de juros de mora, nos termos do § 1º do art. 202 do RI/TCU;

d) esclarecer aos responsáveis, em obediência ao art. 12, §2º, da Lei 8.443/1992 e ao art. 12, inciso VI, da Resolução – TCU 170/2004, que o recolhimento tempestivo do débito somente saneará o processo caso seja reconhecida sua boa-fé e não se constate outra irregularidade nas contas;

e) ouvir o Sr. Mecias Pereira Batista (CPF: 239.734.552-87), ex-Prefeito Municipal de Barreirinha/AM, no período de 1/1/2012 a 31/12/2016, em **audiência**, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e III, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e III, do RI/TCU, para que, no prazo de quinze dias, apresente razões de justificativa quanto à irregularidade descrita abaixo.

e.1) Irregularidade: não cumprimento do prazo estipulado, 31/8/2016, para a prestação de contas do TC/PAC 353/2010 - Siafi 666502;

e.2) Dispositivos violados: parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal; art. 93 do Decreto-Lei 200/67; § 3º do art. 56 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 127/2008, com a redação dada pela Portaria 534, de 30/12/2009 e Cláusula Quarta do Termo de Convênio;

e.3) Conduta: descumprir o prazo estipulado, 31/8/2016, para prestação de contas dos valores transferidos por meio do TC/PAC 353/2010 - Siafi 666502;

e.4) Nexo de causalidade: a conduta adotada impediu de se comprovar o nexo entre o objeto pactuado no convênio e os recursos destinados a esse ajuste, de modo que se caracterizou a impossibilidade de se aferir a boa e regular gestão dos recursos repassados por meio do TC/PAC 353/2010 - Siafi 666502.

e.5) Culpabilidade: não há excludentes de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade; é razoável supor que o responsável tinha consciência da ilicitude de sua conduta; era exigível conduta diversa da praticada, qual seja, desincumbir-se do seu dever por meio da apresentação da prestação de contas da terceira parcela dos recursos na forma e no prazo previstos;

10. Em cumprimento ao pronunciamento da unidade (peça 102), foram efetuadas as citações dos responsáveis.

11. O Sr. Glênio José Marques Seixas compareceu aos autos e apresentou alegações de defesa. Apesar do insucesso da citação a ele dirigida, o mesmo compareceu espontaneamente aos autos, tendo apresentado suas alegações de defesa (peças 114-116). Considerando que em sua resposta havia referência ao ofício endereçado ao município e que se qualificou como prefeito, as alegações de defesa apresentadas foram consideradas em conjunto, como pessoa física e representante legal do município.

12. Na instrução de peça 142, constatou-se a revelia de Mecias Pereira Batista e o acatamento parcial das alegações de defesa de Glênio José Marques Seixas, afastando-se o débito a ele imputado em solidariedade com o município.

13. Propôs-se então fixar novo e improrrogável para que o município recolhesse os valores a seguir descritos, relacionados à não devolução do saldo existente na conta do convênio e de aplicações financeiras e da complementação da contrapartida municipal:

<b>VALOR ORIGINAL (Real)</b>	<b>DATA DA OCORRÊNCIA</b>
29/12/2016	4.469,95
30/4/2012	16.377,39

14. Submetido o processo à apreciação do MP/TCU, entendeu-se haver providências saneadoras a adotar (peça 145), uma vez que não havia elementos suficientes nos autos que demonstrassem haver disponíveis em conta durante a gestão do Sr. Glênio José Marques Seixas os valores de R\$ 4.469,95 e R\$ 16.377,39. Assim propôs o retorno dos autos à Secex-TCE para diligenciar o Banco do Brasil para a obtenção dos extratos das contas corrente e de aplicação, o que foi acatado pelo relator (peça 147).

15. Diligenciado o Banco do Brasil por meio do Ofício 2206/2021 (peça 150), vieram aos autos as respostas de peças 152-155, que ora passamos a analisar.

### EXAME TÉCNICO

16. Por meio do Ofício CENOP SJ 51684673 (peça 152), foram encaminhados ao Tribunal os extratos solicitados, contendo as informações de movimentação das contas até 31/12/2020 (aplicações) e 29/12/2016 (conta corrente).

17. As referidas contas apresentavam os seguintes saldos:

<b>Conta</b>	<b>Data</b>	<b>Saldo</b>	<b>Localização</b>
Corrente	29/12/2016	Zero	Peça 154, p. 30
Aplicações	31/1/2020	R\$ 19.439,75	Peça 155, p. 49
<b>Total</b>		<b>R\$ 19.436,75</b>	

18. Os recursos depositados permaneceram aplicados até 31/1/2020, apresentando saldo de R\$ 19.439,75. Não houve resgates dos recursos aplicados em nenhum momento durante a gestão de

Glênio José Marques Seixas, como demonstra a movimentação ocorrida após 1/1/2017 (peça 155, p. 13-49), data de início de sua gestão. Quanto à conta corrente, não havia saldo em 29/12/2016.

19. As informações bancárias ora obtidas revelam um débito menor que aquele constituinte da anterior citação do município (peça 106, p. 4), cujas parcelas atualizadas para 31/1/2020, representa um valor de R\$ 30.287,28 (peça 157).

20. O valor a ser imputado ao município deve ser constituído apenas pela parcela da contrapartida não aplicada, no valor de R\$ 2.137,51, conforme registrado no Parecer Financeiro Complementar 7/2017 (peça 77, p. 2), e pelo valor do saldo de aplicações financeiras existente em 31/1/2020, de R\$ 19.436,75. A despeito de o citado Parecer Financeiro registrar que a referência do débito da contrapartida seria em 30/4/2012, a data correta deve ser 30/6/2016, ultimo dia de vigência do convênio e data limite para o aporte integral da contrapartida.

21. Isto posto, o débito final a ser imputado individualmente ao município está a seguir explicitado:

VALOR ORIGINAL (Real)	DATA DA OCORRÊNCIA
30/6/2016	2.137,51
31/1/2020	19.436,75

22. As parcelas acima identificadas, atualizadas pelo sistema débito para 31/1/2020 resulta no valor de R\$ 21.869,02. Considerando que o novo valor do débito obtido com as informações prestadas pelo Banco do Brasil revelam-se inferior àquele indicado no item 19 e que trata das mesmas irregularidades que ensejaram a citação anterior, não há necessidade que nova citação seja expedida ao ente federado.

23. Vale registrar que, no caso em apreço, a responsabilidade pela devolução da contrapartida não aplicada e do saldo dos recursos financeiros mantidos em conta de aplicação é do município, conforme enunciados a seguir transcritos:

#### **CONTRAPARTIDA**

##### **Acórdão 1.135/2017 - 1ª Câmara, Rel. Min. Weder de Oliveira**

Na falta de comprovação da aplicação da integralidade ou de parte do recurso da contrapartida, sem que haja locupletamento do agente público, a responsabilidade pelo ressarcimento da dívida é do ente federado, não havendo como responsabilizar o administrador, que pode, contudo, ter suas contas julgadas irregulares, com aplicação de multa.

##### **Acórdão 13.207/2016 - 2ª Câmara, Rel. Min. Vital do Rêgo**

Quando configurada ausência de aplicação de contrapartida prevista em instrumento de convênio, cabe ao ente federado conveniente o ressarcimento, vez que incorporou a seu patrimônio a vantagem financeira correspondente à parcela da contrapartida que deixou de ser aplicada".

##### **Acórdão 620/2014 - 2ª Câmara, Rel. Min. José Jorge**

A devolução do valor equivalente à contrapartida não aplicada é da responsabilidade do ente federado conveniente e não do gestor que deu causa à irregularidade. Com o fim de manter a proporcionalidade estabelecida no acordo, a recomposição à União deve corresponder à parcela dos recursos federais que substituíram, indevidamente, o valor da contrapartida na execução do convênio.

#### **SALDO FINANCEIRO**

##### **Acórdão 5289/2010-Primeira Câmara, Rel. Min. MARCOS BEMQUERER**

Não cabe, por configurar "bis in idem", condenar o gestor em débito por parcela não executada e, também, por saldo de convênio não restituído à União. É de responsabilidade do ente público a restituição do saldo à União quando ausentes indícios de saque do saldo final pelo gestor.

##### **Acórdão 143/2008-Segunda Câmara, Rel. Min. BENJAMIN ZYMLER**

Em situações nas quais o município se beneficia com a permanência, em conta bancária, de saldo

de recursos federais transferidos por meio do convênio, cabe-lhe restituir os valores devidos. A baixa materialidade permite a aplicação dos princípios da insignificância e da economia processual, de maneira a desconsiderar o débito apurado para fins de cobrança.

24. Isto posto, não cabe responsabilizar o Sr. Glênio José Marques Seixas pela não devolução dos valores apurados nesta Tomada de Contas Especial, devendo-se acatar suas alegações integralmente e não parcialmente como constou na proposta de encaminhamento da instrução de peça 142.

25. Vale registrar ainda, que o valor do saldo existente na conta de aplicação financeira, de R\$ 19.436,75, deve ser creditada em favor de Mecias Pereira Batista por ocasião do julgamento de suas contas.

### CONCLUSÃO

26. Os elementos documentais trazidos aos autos em decorrência da diligência realizada ao Banco do Brasil foram capazes de sanear a ausência identificada pelo MP/TCU.

27. Por outro lado, revela a análise efetuada no exame técnico que o novo valor do débito atribuído ao ente federado é menor que o anteriormente considerado em sua citação e que trata das mesmas irregularidades, dispensando-se assim a expedição de nova citação.

28. Quanto ao Sr. Glênio José Marques Seixas, deve-se afastar sua responsabilidade pela não devolução da contrapartida e saldo do convênio, uma vez que cabe ao ente federado. Assim, suas alegações de defesa devem ser acatadas integralmente.

29. O processo se encontra, então, em condições de prosseguir com sua apreciação.

### PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

30. Diante do exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo ao Tribunal:

a) acatar integralmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Glênio José Marques Seixas;

b) fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992, e art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno/TCU, para que o Município de Barreirinha/AM (CNPJ: 04.283.040/0001-49), efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir especificada aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (Real)	DATA DA OCORRÊNCIA
30/6/2016	2.137,51
31/1/2020	19.436,75

c) dar ciência ao Município de Barreirinha/AM de que o recolhimento tempestivo da quantia acima indicada, atualizada monetariamente, sanará o processo e implicará o julgamento de suas contas pela regularidade com ressalva, bem como de que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios.

2. Em seu parecer (peça 161), o representante do Ministério Público de Contas (MPTCU), Procurador Rodrigo Medeiros de Lima, manifestou-se de acordo com a proposta oferecida pela unidade técnica, exceto em relação às datas de referência do débito da contrapartida, conforme trecho transcrito a seguir:

7. A unidade instrutora entendeu como data de referência do débito da contrapartida o último dia de vigência do convênio. Ocorre que o Termo de Compromisso TC/PAC 353/10, que formalizou o convênio, dispôs, em sua cláusula segunda (peça 6, p. 1), que “o compromitente compromete-se a complementar (a título de contrapartida) com o valor (...) de acordo com o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho aprovado”.

8. Desta forma, em nosso entender, a data de referência do débito da contrapartida deve ser a data da primeira Ordem Bancária que liberou a primeira parcela dos recursos do convênio, qual seja, 30/4/2012, conforme consignado nos Parecer Financeiro 1/2017 e no Parecer Financeiro Complementar 7/2017 (peças 76, p. 1, e 77, p. 2).

9. No que concerne a eventual necessidade de se renovar a citação, tendo em vista a mudança da data de referência do débito da contrapartida – apesar de ainda se tratar das mesmas irregularidades –, entendemos que tal medida não se faz necessária, já que o novo valor do débito atribuído ao ente federado é menor que o consignado na citação. Senão vejamos:

Valor pelo qual o município de Barreirinha/AM foi citado (peça 106, p. 4):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (Real)
29/12/2016	4.469,95
30/4/2012	16.377,39
Total atualizado até 11/5/2021	32.306,62

Valor que o município Barreirinha/AM deverá recolher aos cofres do Tesouro Nacional:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (Real)
30/4/2012	2.137,51
31/1/2020	19.436,75
Total atualizado até 11/5/2021	24.252,27

10. Desta forma, este representante do Ministério Público de Contas propõe retificação à proposta de encaminhamento da unidade técnica nos seguintes termos:

- acatar integralmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Glênio José Marques Seixas;
- fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992, e art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno/TCU, para que o Município de Barreirinha/AM (CNPJ: 04.283.040/0001-49), efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir especificada aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (Real)
30/4/2012	2.137,51
31/1/2020	19.436,75

- dar ciência ao Município de Barreirinha/AM de que o recolhimento tempestivo da quantia acima indicada, atualizada monetariamente, sanará o processo e implicará o julgamento de suas contas pela regularidade com ressalva, bem como de que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios.

11. Ressalta-se que, posteriormente, se fará o julgamento das contas dos responsáveis, Sr. Mecias Pereira Batista, ex-Prefeito Municipal de Barreirinha/AM, no período de 1/1/2012 a 31/12/2016, Sr. Glênio José Marques Seixas, Prefeito Municipal de Barreirinha/AM, no período de 1/1/2017 a 31/12/2020, e Município de Barreirinha/AM.

É o relatório.